

PONTO DE VISTA

- 771 Está em vigor a nova Lei das Empresas Estatais (Lei nº 13.303/16)?
Renato Geraldo Mendes

DOCTRINA

- 776 Licitações e contratos na nova Lei das Estatais – Breves apontamentos
José Anacleto Abduch Santos
- 788 É possível reconhecer a inexigibilidade de licitação quando há dois ou mais prestadores de serviços no mercado em regime de competição?
Renato Geraldo Mendes
- 792 Dosimetria da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração
Armando Akio Santos Doi

ORIENTAÇÃO PRÁTICA

- 803 Lei nº 13.303/16 – Quando entram em vigor as regras aplicáveis às contratações realizadas pelas empresas estatais?
- 812 Sistema S – É possível prever no contrato multa contra a própria entidade?
- 815 Pregão presencial – Ausência de disputa na fase de lances e inabilitação da primeira colocada, como resolver?
- 819 Contrato de gestão – Na hipótese de rescisão, é possível contratar o remanescente a partir da lista de classificados no concurso de projetos?
- 823 Cooperação sem repasse de recursos – Qual lei e instrumento aplicáveis?

PERGUNTAS E RESPOSTAS

- 828 1. Registro de preços – Ata – Formalizada a partir do cadastro de reserva – Vigência
- 829 2. Qualificação econômico-financeira – SICAF – SPED – Compras governamentais – Orientações
- 831 3. Terceirização – Mão de obra – Alocação exclusiva – Débitos trabalhistas – Execução do seguro-garantia – Procedimento
- 833 4. Tribunais de contas – Atuação – Planejamento – Limites e competência
- 836 5. Contrato – Repasse – Exigência de garantia – Impossibilidade – Considerações
- 838 6. Pregão – Licitação fracassada – Licitante – Contato direto – Fora do sistema do pregão – Cautela
- 840 7. Regime Diferenciado de Contratações Públicas – Orçamento – Momento de elaboração – Sigilo – Considerações
- 842 8. Concessão e permissão de serviço público – Saneamento básico – Dispensa de licitação – Impossibilidade
- 844 9. Terceirização – Serviços de vigilância – Portaria nº 7/15 do MPOG – Observância dos limites – Posicionamento Zênite
- 846 10. Dispensa de licitação – Parcelamento indevido – Medida de prevenção – Ato normativo – Centralização do controle em um servidor – Possibilidade

849 JURISPRUDÊNCIA

859 TRIBUNAIS DE CONTAS

870 LEGISLAÇÃO

871 BLOG ZÊNITE